

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Clubes de Serviço, Igrejas	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna
ONGs, Sindicatos	Day Horc
Conselho Regional de Nutrição	Shopping Jequitibá Plaza
Conselho Regional de Medicina – CREMEB	Costa do Cacau Convention Bureau
Conselho Regional de Enfermagem – COREN	Rota Transportes
Conselho Regional de Odontologia – CROBA	Rede Bahia
Conselho Regional de Farmácia – CRF	Rede Record
Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB	TV Itabuna
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA	Jornal A Região
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	Tarik Fontes Hotel
Conselhos de Controle Social	Publimídia
Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e Saúde	Bahiagás
Corpo de Bombeiros	EGBA
DIRECs	Bus TV
DIRES	Rádio Sociedade
Polícias Civil e Militar da Bahia	TV Aratu
Secretarias Estadual e Municipal de Educação	Media Bus
SENAC – BA	Grupo Metrôpole
UESC, UESB e UNEB	Revista Visite a Bahia e Sergipe Também
UFBA e UFRB	Revista Olá
FTC e UNIME	Academia Baiana de Educação
Fundação Odebrecht	Rádio Excelsior
Fundação José Silveira	Concessionária Litoral Norte – CLN
	A Tarde
	Baiana FM

SAÚDE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.

COM A SUA PARTICIPAÇÃO, ACONTECE.



INICIATIVA

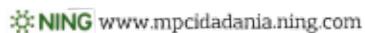


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

PARCERIA



APOIO



PROCURE A PROMOTORIA DE JUSTIÇA E AJUDE A FISCALIZAR SUAS ESCOLAS E POSTOS DE SAÚDE.

COLABORE, COMPROMETA-SE, PARTICIPE!
milenio.mpba.mp.br



1º LUGAR

PRÊMIO CNMP

2013

CATEGORIA:
Defesa dos
Direitos Fundamentais



Estas são as 8 metas do milênio, um compromisso da ONU e seus países-membros. Participe deste movimento global para mudar a vida no mundo, começando pela sua. www.nospodemos.org.br

Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade

**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**



RESULTADOS

4. Melhoria na qualidade da alimentação dos estabelecimentos escolares, motivada pela fiscalização na confecção dos cardápios das escolas, na compra de produtos adequados e nutritivos;
5. Melhoria considerável da infraestrutura dos prédios que abrigam escolas e unidades de saúde (retirada de materiais inservíveis, lixo; conserto de equipamentos; previsão de construção de muros de proteção; conserto de quadras, banheiros, bebedouros, etc.), inclusive com destinação de mais verbas orçamentárias;
6. Diminuição das tensões nas escolas, com reflexos positivos na redução no número de ocorrências policiais, incidentes e acidentes no ambiente escolar;
7. Melhoria nas relações do Ministério Público com a comunidade escolar, através do contato próximo, por meio de realização de palestras, participação em seminários de pais, solução de problemas ligados às escolas e unidades de saúde;
8. Divulgação e incentivo ao desenvolvimento dos demais projetos institucionais do Ministério Público no âmbito das escolas e unidades de saúde;
9. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e escolares, contribuindo para o melhor controle social da educação e da saúde;
10. Inovação tecnológica com a criação de sistema de coleta e análise de dados das visitas multidisciplinares das unidades escolares e postos de saúde, por meio de tablets e smartphones (Sistema Milênio);
11. Criação do Prêmio **Melhor Escola Pública do Ano**, que visa reconhecer o trabalho dos dirigentes, pais e alunos na melhoria da infraestrutura, segurança, alimentação escolar e aprendizagem dos alunos;
12. Realização de campanha de conscientização da importância da participação popular na efetivação dos Direitos à Saúde e Educação, de âmbito nacional, com a cantora Cláudia Lette, na televisão, rádio, jornais e redes sociais;
13. Contribuição para o Ministério Público brasileiro com o desenvolvimento de metodologia vanguardista de defesa da saúde e educação, registrada no Banco Nacional de Projetos e reconhecida pelo prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público- CNMP, no ano de 2013, como melhor projeto de defesa dos Direitos Fundamentais dentre 411 projetos inscritos;
14. Criação de Grupo de Trabalho e Estudos – GTE, com membros do Ministério Público, servidores e sociedade para refletir sobre a prática, aperfeiçoar instrumentos e rotinas, produzir conhecimento científico e potencializar resultados.

JUSTIFICATIVA

A educação e a saúde são duas áreas prioritárias no cenário nacional e internacional, mantendo estreita ligação com o futuro do País e da humanidade. O Estado e a sociedade civil interagem em busca do ideal de respeito a esses dois direitos humanos.

A educação pode ser compreendida como ponto de partida para o crescimento individual e de uma comunidade, pois favorece o despertar de uma consciência crítica da sociedade e a reflexão sobre seus valores e as suas diferenças, sendo, portanto, considerada transversal e base

de todas as relações sociais. Assim, oportunizar o acesso das classes mais carentes a escolas de qualidade é investir, a médio ou longo prazo, na cidadania, em uma maior igualdade e justiça social.

A saúde, hoje compreendida de forma mais abrangente, é um dos elementos que, aliado à educação, podem favorecer a transformação de populações carentes. Dessa forma, o acesso à saúde de qualidade influenciará diretamente na melhoria da condição de vida da população.

OBJETIVO GERAL

Exercer o papel ministerial de fiscalização de dois setores vitais da sociedade, em parceria com a sociedade civil organizada, visando efetivar a prestação de serviços públicos com qualidade nas áreas de educação e saúde, assegurando o exercício da cidadania plena.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- fiscalizar os estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, observando as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço educacional, além da correta aplicação de verbas públicas destinadas a essa área;
- fiscalizar os estabelecimentos de atendimento à saúde, observando as condições da prestação dos serviços públicos, notadamente os que atendem crianças, idosos e pessoas com problemas mentais, além das condições de trabalho dos profissionais da saúde e regularidade das contratações;
- mobilizar e conscientizar os diretores, coordenadores, professores e alunos da importância das informações da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI (Programa Presente Garantindo o Futuro do MPBA) para a melhoria do ensino;
- conscientizar a sociedade e os agentes públicos sobre a necessidade da aplicação correta de verbas públicas na educação e saúde;
- colaborar na execução do projeto **Paternidade Responsável**, cumprindo, *in loco*, as etapas do programa;
- prevenir e combater a violência nas escolas;
- induzir à transformação social do país por meio do empoderamento da sociedade civil e do trabalho realizado em parceria, visando o bem comum;
- colaborar para o fortalecimento dos Conselhos Municipais ligados às áreas da educação e saúde, exigindo o cumprimento da lei, sobretudo no que tange ao custeio das entidades e do respeito às suas deliberações;
- melhorar a relação do Ministério Público com a comunidade, consolidando seu papel institucional;
- adotar as providências necessárias à correção dos desvios e distorções encontradas;

METODOLOGIA

1. Visitas de equipes multi-institucionais aos estabelecimentos municipais e estaduais de educação e saúde do Estado da Bahia, com aplicação de formulários previamente elaborados, contendo perguntas sobre cada área. São identificados, listados, fotografados e filmados os problemas encontrados e também os aspectos positivos;
2. Devolutiva com os resultados das visitas aos gestores escolares e administradores dos postos de saúde, informando-lhes sobre os problemas encontrados e mostrando-lhes as imagens e vídeos feitos no local, a fim de ouvir suas explicações e justificativas. Os gestores se comprometem a enviar ofício ao Ministério Público em 30 dias acompanhado de documentos, informando as providências adotadas, os problemas resolvidos e as demandas que foram encaminhadas às instâncias superiores;
3. Em breve espaço de tempo, a equipe retorna ao estabelecimento para nova avaliação sobre o seu funcionamento.
4. O projeto é avaliado e aperfeiçoado com o diálogo permanente entre seus executores, voluntários, acadêmicos, pesquisadores, governantes, por meio de seminários, workshops, congressos integradores, grupos de trabalho, estudos e outros momentos de participação cidadã.

RESULTADOS

1. Conhecimento, *in loco*, da realidade da educação e da saúde nos municípios;
2. Estabelecimento de parcerias com universidades, sindicatos, Secretaria Geral da Presidência, Fundações, Conselhos de Classe, PNUD, OAB, ONGs, Igrejas, Polícias Militar e Civil, Conselhos Municipais de Educação e de Saúde, Conselhos Tutelares, pedagogos, nutricionistas, bibliotecários, médicos, enfermeiros, psicólogos, corpo de bombeiros, envolvendo toda a comunidade e criando uma rede de proteção à educação e à saúde no município;
3. Maior comprometimento dos gestores da educação e da saúde com a qualidade dos serviços prestados;